

O TRABALHO PRODUTIVO SOB O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, COMO QUALIFICÁ-LO? UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA TEORIA MARXISTA

Jéssica Ramos Poletto¹
Roselaine Navarro Barrinha da Silva²

Área de conhecimento: Ciências Econômicas
Eixo Temático: História Política e Econômica

RESUMO

O que caracteriza o trabalho que se desenvolve na sociedade capitalista como produtivo/improdutivo? Para buscar tal resposta parte-se da perspectiva do materialismo histórico. A apreensão de tal categoria é importante na medida em que fornece o referencial necessário para a compreensão da reprodução ampliada do capital. É ele que permite a seguinte afirmativa: é produtivo, sob o capitalismo, o trabalho que ocorrendo dentro de uma relação social de produção na qual a força de trabalho é comprada como mercadoria pelo proprietário das condições de produção, produz valor, acompanhado de mais valor. Considerando a referida definição, como tratar contemporaneamente o trabalho que acontece pautado em relações de trabalho não especificamente capitalistas tais como o trabalho integrado na avicultura, suinocultura, fumicultura, dentre outros? Assim, busca-se a partir de tal caracterização, levantar subsídios que nos permitam pensar de que forma tais trabalhos participam da reprodução ampliada do capital.

Palavras-chave: Trabalho Produtivo, Trabalho Improdutivo, Relações de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Quando se estuda a história do pensamento econômico, se verifica que ela é construída a partir da contribuição de diversos pensadores da economia. A primeira escola a tratar de forma científica a economia, definindo-a como a ciência da família é a fisiocrata. A economia é assim entendida porque é a ciência que visa apreender qual a forma mais adequada de se garantir a subsistência da família, ou seja, equilibrar a satisfação de suas necessidades com os recursos que lhe estão disponíveis e que são, ao mesmo tempo, limitados.

Tendo em vista o mencionado, pode-se dizer que o homem sempre foi um ser econômico na medida em que sempre buscou atender suas necessidades a partir dos recursos que lhe estão disponíveis. Esses recursos, no entanto, sob uma

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão / e-mail: jeh_poletto@hotmail.com.

² Doutora em História Econômica e Social pela Universidade Federal Fluminense, Profa. do Curso de Ciências Econômicas na Unioeste - campus de Francisco Beltrão / roselainenbs@gmail.com.



sociedade na qual vigora a propriedade privada e o acúmulo de capital são distribuídos a partir de critérios específicos. Assim, o recurso a que cada um tem acesso depende antes de tudo do lugar que esse indivíduo ocupa na sociedade, da forma como ele participa no processo de produção, se na condição de trabalhador, se na condição de proprietário das condições de produção.

Ter clareza do mencionado é importante porque explicita que a forma da distribuição de tudo o quanto é produzido não é algo comum em todos os tempos históricos. Ter clareza do mencionado implica ainda em perceber que a própria categoria riqueza social se diferencia dentro dos modos de produção, ainda que a riqueza em sua forma material seja sempre a que ocupa a forma do valor de uso, ou seja, seja sempre tudo aquilo que em sendo materialmente existente satisfaça necessidades humanas.

Dessa forma, há que se ter em conta que sob o capitalismo, o crescimento da riqueza material é algo distinto do crescimento da riqueza social. Nesse aspecto vale dizer que sob a sociedade capitalista o que importa é o crescimento da riqueza social, pois é somente por meio desta que se pode de fato ampliar o excedente econômico em termos de valor, ou seja, o lucro do capitalista, que pode ao ser reinvestido dar continuidade ao processo de acumulação. Nesse sentido, uma nação estaria de fato enriquecendo se a sua riqueza social estivesse se ampliando. Nesse sentido, o trabalho envolvido no processo de produção se revelaria produtivo quando ele de fato estivesse produzindo o referido excedente.

De acordo com a economia política clássica o trabalho é o responsável pela produção da riqueza social, ainda que necessariamente o volume da riqueza social seja dividido entre os que trabalham e os que detêm as condições objetivas de produção, como já ratificava Smith (1996) nos capítulos IV e V de A Riqueza das Nações. Marx ratifica essa percepção e contribui tanto no sentido de se pensar a forma pela qual ocorre a extração do excedente – lucro ou mais valia -, quanto no de assegurar a validade da teoria do valor trabalho e, portanto de algo que é lei sob o capitalismo, que no mercado se trocam valores iguais por valores iguais – ou seja, se trocam equivalentes.

É, portanto a partir do exercício de pensar a forma da extração do excedente que Marx efetua um esforço teórico que traz à tona a categoria do mais



valor e, por meio dela explica como se pode ao mesmo tempo trocar equivalentes e ainda assim gerar/obter excedente.

Assim, para se entender a categoria do mais valor – que auxilia na determinação de ser o trabalho empregado pelo capitalista – e, por acréscimo, o seu capital, produtivo ou não, é necessário entender o que é e o que não é trabalho produtivo sob o capitalismo. Essa é a problemática apresentada no presente trabalho cujo enfrentamento servirá posteriormente para pensar o caso do pequeno produtor agrícola de base familiar sob o capitalismo contemporâneo, mais especificamente, para considerá-lo como produtivo ou não sob o capitalismo.

Diante do exposto, vale ressaltar que o presente texto materializa uma das partes da pesquisa que busca entender quem é o pequeno produtor familiar do sudoeste do Paraná. É ele um camponês ou um agricultor familiar, conforme categorizado por Abramovay (2007). O que ele representa para o capital ao ocupar ora uma, ora outra condição? Sendo assim, vale ressaltar que a pesquisa em sua totalidade se compõe de duas partes, sendo a primeira materializada no presente texto, que se dedica a referenciar a partir de uma base teórica marxista quem é o trabalhador produtivo sob o capitalismo e qual a qualificação reservada para o camponês no referido sentido.

A segunda parte que constará de outro texto, a ser elaborado posteriormente se dedicará a apreender, por meio de uma revisão conceitual dos paradigmas clássicos (Lênin (1983), Kautsky (1986) e Chayanov (1974)) e contemporâneos (Abramovay (2007), Schneider (2007, 2008), Ely da Veiga (2008), dentre outros – sem mencionar os autores estrangeiros que tratam da temática do campesinato sob o capitalismo, apreender conceitualmente como definir o pequeno produtor agrícola familiar do sudoeste do Paraná, se como camponês ou como agricultor familiar. No que diz respeito à segunda parte, vale ressaltar que o propósito é que ela sirva de base teórico-conceitual a fim de subsidiar estudos de caso com relação à pequena produção agrícola de base familiar na região.



2 O TRABALHO PRODUTIVO NO CAPITALISMO

2.1 PONTOS DETERMINANTES NA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO(R) PRODUTIVO

Para entender concretamente tal temática é importante explicitar, como contraponto o trabalho produtivo em um período anterior ao da vigência do capitalismo.

Na pré-história do capitalismo, ou seja, na fase feudal, a produção e a troca eram realizadas levando-se em conta a utilidade do produto – mercadoria ou não -, ou seja, seu valor de uso. Em tal momento histórico, as famílias obtinham sua subsistência quase que totalmente da terra, o que sobrava e não era consumido, era trocado por outros itens que também eram as/os sobras/excedentes de outras famílias. O referido contexto caracterizava o que se chamava de escambo e sendo assim, as mercadorias não tinham um preço definido. As trocas, portanto, eram realizadas levando-se em conta as necessidades de cada família. Nesse período, era considerado produtivo aquele trabalho que gerava valor de uso, pois as famílias trocavam entre si seus excedentes, desde que as mercadorias fossem úteis às mesmas.

Com o surgimento do capitalismo, as trocas se tornaram permanentes e mais complexas, então foi necessário achar um meio de equiparar as mercadorias para que essas trocas acontecessem de forma ordenada, já que a partir de então a produção e a reprodução das condições materiais passou a ocorrer através da produção de mercadorias. Foi nesse novo quadro que o detentor das condições de produção – capitalista – passou a auferir excedente (lucro) justamente por disponibilizar tais condições, enquanto que o produtor direto (trabalhador) passou a auferir salários, por vender a sua força de trabalho. É, portanto nesse novo contexto no qual a produção de bens e serviços se dá predominantemente a partir da compra e da venda da força de trabalho que se deve verificar a condição de ser ou não o trabalho produtivo.

Os primeiros pontos destacados por Marx como condicionantes para se pensar em trabalho produtivo sob o capitalismo é a concentração das condições de



produção nas mãos de poucos indivíduos – que pode vir a ser (ou não) o capitalista e, de outro a existência da força de trabalho livre, disposta, portanto a vender a sua força de trabalho para o proprietário das condições de produção. Satisfeita tal condição, pode-se dizer que o detentor dos meios de produção domina o trabalhador, pois compra a sua força de trabalho, tornando-o assim potencialmente capital para o processo produtivo.

No entanto, o fato do indivíduo deter as condições de produção e de pagar o salário do trabalhador não o torna especificamente capitalista (nem suas condições de produção capital), nem o trabalhador que ele remunera trabalhador produtivo. Ou seja, é preciso que o trabalho seja contratado com um fim específico – e que o cumpra, de fato -, que é o de produzir mais valor.

Portanto, a definição de trabalho produtivo que aqui se traz não se relaciona com o ato de produzir algo - pois sendo assim, qualquer trabalho que produza um bem e/ou serviço seria produtivo, - mas sim com o ato de produzir o mais valor, o excedente. E é nessa linha que Marx afirma que:

[...] trabalho produtivo é, portanto, o que no sistema de produção capitalista produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital (MARX, p. 391).

Trabalho produtivo seria, portanto, o que para o trabalhador reproduz seu valor (da força de trabalho) e acresce valor ao capital pré-existente, ou seja, produz lucro ao capitalista. Um ponto importante a destacar é que não é a primeira troca entre dinheiro e a força de trabalho que transforma o dinheiro em capital, ou seja, não é quando o capitalista adquire a força de trabalho mediante o pagamento do salário. Isso pode ser afirmado porque é somente no processo de produção que o trabalho vivo para além de reproduzir o próprio valor gera um valor novo materializado na forma das mercadorias que produz. O valor contido nessas mercadorias já contém, portanto a expansão do valor perseguida pelo capital e é após a venda delas na esfera da circulação que o capital assumirá novamente a forma de dinheiro que poderá ser novamente reinvestido no processo de produção com vistas a dar continuidade ao processo de acumulação. É, portanto, por meio



desse processo que o dinheiro empregado pelo capitalista se converte em capital, materializado no produto do trabalho.

Seria então trabalho produtivo

[...] o trabalho que, por meio dessa relação que mantém com as condições de produção e a que corresponde determinado comportamento no processo de produção efetivo – transforma dinheiro ou mercadoria em capital, isto é, conserva e acresce o valor do trabalho materializado, que se tornou independente em relação a força de trabalho [...] É da maior importância, porém, distingui-lo de outras espécies de trabalho, pois essa distinção exprime a especificidade da forma do trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital.(MARX,p.391).

O resultado do processo de produção capitalista é a criação de mais-valia para o capital. A apropriação de trabalho não pago é o objetivo direto do processo de produção capitalista, sendo assim, o objetivo do processo de produção capitalista é o “enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia”.

O trabalho, no entanto, só pode produzir mais valia através da produção da mercadoria, que por sua vez é unidade do valor de uso e do valor. Em outros termos, o trabalho tem que produzir algo que seja útil e, portanto, tem que produzir um valor de uso qualquer que possa ser vendido a fim de materializar sob um dado quantum de dinheiro o excedente para o capitalista. De outro forma, há que se ressaltar que a própria força de trabalho se constitui unidade de valor de uso e de valor e sua utilidade para o capitalista está especificamente no fato de que ela é produtora de valor – e mais valor.

3 METODOLOGIA

No que diz respeito à metodologia empregada vale ressaltar que trata-se basicamente de uma pesquisa de revisão bibliográfica e que o método de análise no que tange a este texto quanto ao que se seguirá à este é o do materialismo histórico dialético.

Quais são os parâmetros conceituais necessários para qualificar, sob o capitalismo, o trabalho seja produtivo? É esta a questão que se espera apreender e para tanto efetuou-se um resgate a partir da obra de Marx, especialmente, Livros I, vol. I e II e Livro IV, vol. I, da referida categoria, bem como de outros autores de



base marxista. Considerando o exposto, espera-se, solidificar os subsídios teóricos que amparem em estudos futuros, o entendimento das novas relações de trabalho vigentes na contemporaneidade.

De outra forma, no desenvolvimento do texto que se seguirá a este buscar-se-á a apreender os parâmetros conceituais apontados pelos autores clássicos e contemporâneos - já mencionados a introdução - como qualificatórios do campesinato ou do agricultor familiar, os quais serão vistos a partir de uma ótica que procura entender a razão de ser e a forma de existência dessas categorias (camponês e/ou agricultor familiar) no mundo contemporâneo a partir de um ponto de vista que leva em conta o processo histórico e a atuação dos atores sociais no sentido de garantir a sua reprodução material.

4 O TRABALHADOR PRODUTIVO SOB O CAPITALISMO

4.1 QUEM É O TRABALHADOR PRODUTIVO NO CAPITALISMO?

Diferentemente do que ocorria no modo de produção feudal, no Capitalismo não é considerado produtivo aquele trabalho que produz apenas valor de uso, é necessário que além do valor de uso, valor de troca, do qual se poderá extrair a parte que cobre os custos enfrentados pelo capitalista mais o excedente. Não é, portanto, o resultado final do trabalho, ou seja, a mercadoria que determina se o mesmo é ou não produtivo. Por exemplo, uma camiseta feita por uma costureira assalariada. Se ela produz a camiseta como mercadoria para o capitalista e ao vendê-la o capitalista realiza a sua mais valia, nesse caso o trabalho por ela despendido é considerado um trabalho produtivo e ela, portanto, uma trabalhadora produtiva. De outra forma, se a mesma camiseta for produzida por um empregado doméstico e a mesma for utilizada pelo contratante de tal força de trabalho na condição de valor de uso, tal trabalho não terá realizado mais valia alguma para quem adquiriu a referida força de trabalho e portanto ele não terá sido produtivo, assim como o trabalhador que o executou.

Com base no exposto anteriormente pode-se dizer que no último caso referido o trabalho é improdutivo porque o valor que ele produz é integralmente consumido pelo uso da camiseta, ou seja, o dinheiro empregado para fazê-la é gasto



como renda e não empregado como capital. Dessa forma o montante de valor materializado na forma de dinheiro gasto para fazer a camiseta não é recuperado, é totalmente consumido. Mais especificamente, o valor de uso não se converte em valor de troca a fim de gerar mais valor. Quando o capitalista se utiliza do trabalhador doméstico para fazer a camiseta ele estará consumindo improdutivamente a sua renda, o que fará diminuir seu capital e não ampliá-lo.

Marx menciona que a tendência com o desenvolvimento do capitalismo é de que só fração dos trabalhadores improdutivos pode participar diretamente da produção material, haja vista que a produção em geral assume a forma de produção de mercadorias. Nesse sentido, eles têm acesso aos bens que lhes são necessários e, portanto, à parte do produto total mediante a troca de serviços por renda.

O trabalhador produtivo produz mercadoria para o comprador da força de trabalho. Para este, o trabalhador improdutivo produz mero valor de uso e não mercadoria; valor de uso imaginário ou real. O trabalhador improdutivo não produz mercadoria para seu comprador, ao contrario, é deste que recebe mercadorias (MARX, pg. 139).

A mesma espécie de trabalho pode ser produtiva ou improdutiva, por exemplo, uma cantora que vende seu trabalho por conta é considerada improdutiva, enquanto, se é contratada por um empresário para ganhar dinheiro com seu canto, é produtiva, pois produz capital.

Basicamente,

[...] quando o dinheiro se troca diretamente por trabalho, sem produzir capital e sem ser, portanto, produtivo, compra-se o trabalho como serviço, o que de modo geral não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como qualquer outra mercadoria; mas expressão específica para o valor de uso particular do trabalho, no sentido de este prestar serviços não na forma de coisa e sim na de atividade, o que, entretanto, de modo nenhum o distingue, digamos, de uma máquina, um relógio.(MARX, p.398).

Ou seja, o trabalhador é considerado trabalhador produtivo quando sua força de trabalho, alocada no processo produtivo, produz mercadorias que geram excedente ao capitalista. Em outros termos, quando o trabalhador produz valor superior ao que recebe como salário, sendo o excedente apropriado pelo capitalista (detentor dos meios de produção e da força de trabalho que comprou do trabalhador).



4.2 PECULIARIDADE DO SISTEMA CAPITALISTA: O CASO DO CAMPONÊS E DO ARTESÃO

Depois de definir o que é trabalhador produtivo e improdutivo sob a ótica capitalista, Marx expõe uma peculiaridade desse sistema; artesãos e camponeses. Artesãos e camponeses independentes não empregam trabalhadores assalariados e por isso não produzem na qualidade de capitalistas, porém são eles também produtores de mercadorias e possuem compradores para seus produtos. No caso do camponês, o mesmo produz alimentos a fim de serem vendidos para os consumidores e para tanto, se utilizam dos seus meios de produção e da sua força de trabalho.

Nessa relação confrontam-me como vendedores de mercadorias e não de trabalho, e tal relação, portanto, nada tem a ver com troca de capital por trabalho, nem com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, a qual deriva meramente da alternativa de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital. Por isso, não pertencem à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo, embora sejam eles produtores de mercadorias. Mas sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista (MARX, pg. 401).

Então para Marx, esses camponeses não são trabalhadores produtivos e nem improdutivos do ponto de vista do capital. É possível que esses trabalhadores produzam sim mais-valia, se apropriando, assim do seu próprio trabalho excedente. No caso dos camponeses e dos artesãos o proprietário das condições de produção é o próprio produtor direto/trabalhador, pois, ao mesmo tempo em que possui os meios de produção, depende do seu salário para sua subsistência. Explora a si mesmo, pois é ele que utiliza a força de trabalho na produção dos produtos que posteriormente serão comercializados.

O produtor cria sua própria mais-valia. Por possuir os meios de produção se apodera do seu trabalho excedente e, como seu próprio capitalista (patrão) se relaciona consigo mesmo como assalariado. Como “capitalista” extrai do seu “capital” o “lucro”.

A destinação econômico-social dos meios de produção na produção capitalista – expressando determinada relação de produção – se entrelaça tanto com a existência material desses meios de produção como tais e, segundo o modo de ver da sociedade burguesa, é dela tão inseparável, que



aquela destinação (destinação categórica) é também aplicada onde a relação diretamente a contradiz (MARX, p.402).

Quando se trata do camponês, este é possuidor dos meios de produção – terras e ferramentas - que nesse caso não são “capital”, e não é assalariado, pois não assume uma relação com um empregador. Porém, ao mesmo tempo podemos de forma ideal considerar seus meios de produção como capital e o camponês assume papel de capitalista e assalariado de si mesmo.

Por mais que essa concepção possa parecer confusa, é correta como diz Marx, até certo ponto, pois o produtor cria a mais-valia e ele mesmo pode se apoderar dela. Sendo o capitalista e detentor dos meios de produção ele produz mercadorias, revende seus produtos e como pagamento recebe o que seria seu salário, se este fosse assalariado e a mais-valia.

Marx diz então que conforme o sistema Capitalista for se desenvolvendo o camponês pode, aos poucos, se transformar num pequeno capitalista, explorando trabalhadores alheios para não perder seus meios de produção, ou se converter em trabalhador assalariado.

É, pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes; e o artesão ou camponês, que produz com os próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção (de início, isso pode ocorrer, embora permaneça proprietário nominal, como no sistema de hipotecas) e se converterá em trabalhador assalariado. Esta é a tendência na forma de sociedade onde predomina o modo de produção capitalista) (MARX, pg. 402-403).

De outra forma, vale ressaltar que tal conclusão posta por Marx não necessariamente tem que ser vista de forma determinante, na medida em que o que ele descreve é o comportamento geral, ou seja, o que ele julgava que seria predominante. Nesse sentido, não parece que ele descarte a existência do camponês, mas que essa se manteria de forma residual no capitalismo plenamente desenvolvido.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão feita a partir da obra de Marx permitiu definir, de forma bastante específica, o conceito de trabalho/trabalhador produtivo sob o capitalismo. O trabalho que é considerado produtivo sob o capitalismo é diverso do trabalho que é considerado produtivo em outros modos de produção. Em modos de produção anteriores ao capitalismo, como foi o caso do feudalismo, produtivo era aquele trabalho que produzia valor de uso tão somente, enquanto que sob o capitalismo é produtivo aquele trabalho que produz valor acompanhado de mais valor para outrem e sob relação de trabalho específica, qual seja, aquela que o proprietário da força de trabalho a vende para o proprietário das condições de produção – o capitalista -, que a adquire com o intuito de produzir valor de troca objetivando obter mais valor.

Sendo assim, dentro de tal quadro a mesma espécie de trabalho pode ser produtiva ou improdutiva, como foi o caso da produção da camiseta ou da atividade da cantora, citadas ao longo do texto.

De outra forma também merecem ser destacadas as considerações de Marx a respeito da posição dos chamados camponeses e dos artesãos. Para tratar destas categorias Marx menciona que elas devem ser consideradas em suas especificidades. Dentro de tais especificidades ele destacou que o artesão e/ou o camponês possuem a peculiaridade de serem, ao mesmo tempo, proprietários das condições de produção e da força de trabalho. Nesse sentido, por não estarem enquadrados dentro de uma relação de trabalho especificamente capitalista de produção não poderiam ser considerados como trabalhadores produtivos, mesmo se configurando como produtores de valor de troca.

De outra forma, mesmo não estando dentro da referida relação, ou seja, mesmo não tendo comprado força de trabalho como capital - porque a força de trabalho é fornecida por ele mesmo, que acumula as duas funções, a de ser proprietário das condições de produção e da força de trabalho -, ele ao produzir mercadoria pode sim obter a produção de excedente e, sob tal ótica, o trabalho seria produtivo. Daí a afirmativa de Marx que camponeses e artesãos “[...] não pertencem à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo”, que só poderiam ser analisadas/consideradas idealmente.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

CHAYANOV, A. V. **La Organizacion de la Unidad Economica Campesina**. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).

LENIN, V. Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: O processo de produção do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro 1, v.1-v.2. (Coleção Os Economistas).

SCHNEIDER, Sergio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. [2007].

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p.989-1014.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. São Paulo, Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: Uma abordagem histórica**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

